



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000056477**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2281287-30.2024.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante ADELIA MATOS, é agravado BANCO C6 CONSIGNADO S/A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 24ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso, com determinação. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PEDRO PAULO MAILLET PREUSS (Presidente), FERNÃO BORBA FRANCO E CLAUDIA CARNEIRO CALBUCCI RENAUX.

São Paulo, 28 de janeiro de 2025.

**PEDRO PAULO MAILLET PREUSS**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**VOTO Nº: 5851**

Agravo de instrumento: 2281287-30.2024.8.26.0000

Agravante: ADELIA MATOS

Agravado: BANCO C6 CONSIGNADO S/A

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Ação de revisão de contrato. Decisão que indeferiu o benefício da justiça gratuita a autora. Insurgência. Pessoa física. Declaração de hipossuficiência. Presunção relativa, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira da parte. Ajuizou ação em domicílio diverso daquele em que reside. Contratação de advogado particular que milita contra o seu propósito. Decisão mantida. Recurso improvido, com determinação.

Trata-se de agravo de instrumento contra a r. decisão de fls. 84 dos autos da ação de revisão de contrato, que indeferiu o benefício da gratuidade da justiça à parte autora.

Inconformada recorre a autora, sustentando, em breve síntese, que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu sustento; que há presunção de hipossuficiência das pessoas físicas. Requer assim a reforma da decisão para que seja beneficiada com a gratuidade da justiça.

Foi indeferido o efeito suspensivo.

Recurso tempestivo, regularmente processado, sem resposta.

**É o relatório.**

Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que indeferiu o benefício da gratuidade da justiça à parte autora.

Alega não ter condições de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento e o de sua família.

Prescreve o art. 98 do CPC: *“A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”*.

Já o art. 99, §2º, do mesmo diploma legal, dispõe que o juiz somente pode indeferir o beneplácito se houver nos autos elementos que evidenciem a ausência dos pressupostos legais para sua concessão e que, antes de indeferir o pedido, deve determinar à parte a comprovação do preenchimento dos requisitos.

Tem-se, a par disso, que a declaração de hipossuficiência financeira tem caráter iuris tantum, isto é, caráter relativo, podendo ser afastada pela aferição caso a caso da capacidade financeira da parte, conforme se extrai do seguinte excerto:

*“PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. SITUAÇÃO ECONÔMICA VERIFICADA NA ORIGEM. REVISÃO. EXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. 1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, decidiu que o recorrente possui meios de prover as custas do processo. 2. Aferir a condição de hipossuficiência do recorrente para fins de aplicação da Lei Federal 1.060/50 demanda o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a este Tribunal, em razão do óbice da Súmula 7/STJ. 3. A Corte Especial já pacificou jurisprudência no sentido de que o julgador pode indeferir o benefício da assistência judiciária*

*gratuita diante das evidências constantes no processo.*

*Incidência da Súmula 83/STJ.* 4. Demais disso, a jurisprudência firmou entendimento no sentido de que a simples declaração de pobreza, firmada pelo requerente do pedido de assistência judiciária gratuita, é relativa, devendo ser comprovada pela parte a real necessidade de concessão do benefício. *Agravo regimental improvido*” (STJ, 2ª Turma, AgRg no ARE/SP n.769514/SP, Rel. Min. Humberto Martins, J. 15.12.2015, DJe 02.02.2016). (g.n.)

*In casu*, verifico que a Agravante optou por domicílio diverso daquele em que reside, optando por locomover-se, em função dos atos processuais advindos do processamento do feito, entre duas cidades diversas, ao invés de ajuizar, para a sua melhor comodidade, no foro de seu domicílio.

Sobre o tema, já decidiu o nosso E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“JUSTIÇA GRATUITA – Pessoa natural – Autora afirma que não tem condições de arcar com as custas e as despesas processuais, mas ajuizou ação em São Paulo (Capital), embora resida em outra comarca – Decisão que indeferiu o benefício – Admissibilidade - Pobreza declarada que não encontra amparo em dados objetivos - Ação que versa sobre relação de consumo - Autora reside em Viamão/RS e optou por contratar advogado particular para ajuizar ação em São Paulo, Capital – Poderia propor ação no foro de seu domicílio e até se socorrer da Defensoria Pública - A gratuidade processual traz benefícios somente à parte necessitada, não podendo servir indiretamente a quem lhe prestará os serviços - Existência de fundadas razões

*para o indeferimento do pleito - Benefício legal não pode ser transformado em isenção geral e irrestrita ao recolhimento das custas e despesas processuais – Decisão mantida - Recurso desprovido”. (TJSP; Agravo de Instrumento 2348694-87.2023.8.26.0000; Relator (a): Álvaro Torres Júnior; Órgão Julgador: 20ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 44ª Vara Cível; Data do Julgamento: 20/03/2024; Data de Registro: 21/03/2024)*

Ainda, conforme bem consignado pelo magistrado “a quo”: *“se verifica pela consulta ao sítio do Tribunal de Justiça na rede mundial de computadores, a autora promoveu outras 04(quatro) ações similares em datas próximas, distribuídas no Foro Central, no Foro de Campinas, SP e no Foro de Tupã, SP.”*

Anote-se que a circunstância de se tratar de lide eminentemente predatória, milita em desfavor do autor inclusive no que tange à alegação de que é pessoa hipossuficiente.

Vale pontuar que o indeferimento da justiça gratuita não está atrelado somente à contratação de advogado particular, em respeito ao § 4º do art. 99 do CPC: *“A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”*.

Entretanto, não se pode negar que o fato de a agravante ter contratado advogado particular, aliado às circunstâncias retro mencionadas, também milita contra o seu propósito.

Tendo em vista o não provimento do recurso, deverá a Agravante, nos termos do art. 99, § 7º, do CPC, recolher o preparo de agravo de instrumento no prazo de 15 (quinze) dias, sob



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

pena de inscrição do débito em dívida ativa, cabendo ao douto Juízo *a quo* acompanhar o cumprimento desta determinação, adotando as providências cabíveis.

Ante o exposto, **nega-se provimento ao recurso, com determinação.**

**PEDRO PAULO MAILLET PREUSS**

Relator